



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste Mineiro - Coordenação de Análise Técnica

Processo nº 1370.01.0047033/2023-06

Governador Valadares, 30 de outubro de 2023.

Procedência: Despacho nº 208/2023/FEAM/URA LM - CAT

Despacho nº 208/2023/FEAM/URA LM - CAT	
Empreendedor: GERINO PEREIRA DA COSTA JUNIOR	CNPJ: 034.398.456-30
Empreendimento: GERINO PEREIRA DA COSTA JUNIOR	CNPJ: 034.398.456-30
Processo Administrativo SLA: 486/2023	Município: Açucena -MG
Assunto: Arquivamento do Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado	
Equipe interdisciplinar	MASP
Cíntia Marina Assis Igídio - Gestora Ambiental	1253016-8
De acordo: Liriet de Freitas Libório Oliveira - Coordenadora de Análise Técnica Leste Minas	1523165-7
<p>Sr. Chefe da Unidade Regional,</p> <p>E m 08/3/2023, o empreendedor GERINO PEREIRA DA COSTA JUNIOR formalizou no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA o processo nº. 486/2023 de licenciamento ambiental simplificado, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), classe 2, para as atividade: “A-01-01-5 Lavra subterrânea pegmatitos e gemas” com produção bruta de 900,0m³/ano e “A-05-06-2 Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção” com volume da cava de 10.000,0m³, com a pretensão de desenvolver as atividades na zona rural do município de Açucena - MG.</p> <p>Após análise do Relatório Ambiental Simplificado – RAS e demais documentos apresentados, em 07/6/2023 foram solicitadas 11 (onze) informações complementares via SLA, sendo concedido o prazo de 60(sessenta) dias, o que posteriormente foi prorrogado pelo mesmo período, por solicitação do empreendedor.</p> <p>Em 05/10/2023, 120 (cento e vinte) dias após a solicitação, verificou-se no SLA o atendimento dos itens 1, 4, 5, 6 e 7. Contudo, para os demais:</p> <p>- Itens 2, 10 e 11 <sup>[1]</sup>: O empreendedor solicitou sobrestamento sob a justificativa de “Infelizmente, por questões financeiras, acabamos não conseguindo finalizar a tempo os trabalhos para elaboração dos estudos em atendimento às Informações Complementares de número 1 e 10, estando as mesmas em processo final de elaboração. Por esta razão o, gostaríamos de solicitar o sobrestamento do processo por um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para que assim possamos apresentar os estudos de forma satisfatória. Em relação à condicionante nº. 11, a certidão municipal se encontra atualmente pronta, dependendo apenas da assinatura do prefeito municipal.” Em 06/10/2023, via e-mail, o empreendedor apresentou a certidão municipal (item 11). As solicitações feitas nos itens 2 e 10 não exigem prazos para elaboração maiores que o já concedido (120 dias).</p>	

- Item 3: O empreendedor não soube informar a vida útil da jazida informando *que “Para a reserva de cristais de quartzo, que é o caso do empreendimento em questão, a mesma ocorre com distribuição irregular da mineralização. Por essa razão, não é possível se fazer a cubagem do material, que se apresenta em veios, sendo esse o motivo de ser caracterizado como lavra garimpeira. Desta forma, não é possível se determinar uma vida útil da jazida.”*

- Item 8<sup>[2]</sup>: O empreendedor informou “Em anexo é apresentado o Plano de Lavra, estudo de requerimento de permissão de lavra garimpeira, no qual são demonstradas todas as características da lavra do empreendimento em questão”. Após consulta ao documento apresentado, verificou-se que estão previstas lavra a céu aberto, lavra subterrânea e pilha de estéril, embora o empreendedor busque a regularização das atividades “A-01-01-5 Lavra subterrânea pegmatitos e gemas” com produção bruta de 900,0m³/ano e “A-05-06-2 Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção” com volume da cava de 10.000,0m³”.

- Item 9<sup>[3]</sup>: Não foram apresentados os arquivos digitais das duas pilhas de estéril previstas no Plano de Lavra, não sendo possível a análise geoespacial com o objetivo de verificar a localização em áreas de uso restrito.

Verificou-se divergências entre os arquivos digitais apresentados que fazem referência à 7 frentes de lavra/galerias, enquanto de acordo com o Plano de Lavra, está prevista somente uma.

A estrada de acesso externa aos limites do empreendimento é passível de regularização ambiental segundo a DN COPAM nº. 217/2017, atividade “A-05-05-3 Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários”, porém não foi requerida regularização ambiental para esta atividade. Ainda, de acordo os arquivos vetoriais do SICAR, verifica-se que parte das estradas de acesso sobrepõem Área de Preservação Permanente – APP e remanescente de vegetação nativa, para a qual é necessário apresentação de documento autorizativo correspondente à intervenção prevista no §3º do art. 3º do Decreto Estadual nº. 47.749/2019.

Como é cediço, caso o Órgão Ambiental solicite esclarecimentos adicionais, documentos ou informações complementares, inclusive estudos específicos, o empreendedor deverá atender à solicitação no prazo máximo de sessenta dias, contados do recebimento da respectiva notificação, admitida prorrogação justificada por igual período, por uma única vez (art. 23, *caput*, do Decreto Estadual n. 47.383/2018).

A orientação normativa se encontra delineada, também, no art. 26 da DN COPAM nº. 217/2017:

Art. 26 – Durante a análise do processo de licenciamento ambiental, **caso seja verificada a insuficiência de informações, documentos ou estudos apresentados, o órgão ambiental estadual deverá exigir sua complementação**, exceto nos casos que ensejem o arquivamento ou o indeferimento de plano.

§ 1º – As exigências de complementação de que trata o caput serão comunicadas ao empreendedor em sua completude uma única vez, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes verificados pela equipe técnica e devidamente justificados nos autos do licenciamento ambiental.

§ 2º – **Caso o órgão ambiental solicite esclarecimentos adicionais, documentos ou informações complementares, o empreendedor deverá atender à solicitação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, admitida prorrogação justificada por igual período.**

§ 3º – Até que o órgão ambiental se manifeste sobre o pedido de prorrogação de prazo estabelecido no §2º, fica este automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo inicialmente concedido.

§ 4º – **O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser sobrestado quando os estudos solicitados exigirem prazos para elaboração maiores que os previstos no §2º, desde que o empreendedor apresente o cronograma de execução, a ser avaliado pelo órgão ambiental estadual.**

§ 5º – **O não atendimento pelo empreendedor das exigências previstas nos §§1º, 2º e 4º ensejará o arquivamento do processo de licenciamento; sem prejuízo da interposição de**

No âmbito do Processo Administrativo Estadual (regra geral), estabelece o art. 28, parágrafo único, da Lei Estadual n. 14.184, de 31/01/2002:

Art. 28 – O interessado ou terceiro serão intimados se necessária a prestação de informação ou a apresentação de prova.

Parágrafo único – **Não sendo atendida a intimação**, a que se refere o *caput* deste artigo, **poderá o órgão competente** suprir de ofício a omissão, se entender relevante a matéria, ou determinar o arquivamento do processo. [negrito nosso]

Não se olvida, também, das regras previstas no art. 33, inciso II e parágrafo único, do Decreto Estadual n. 47.383/2018, a citar:

Art. 33 – O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental **será arquivado**:

I – a requerimento do empreendedor;

II – **quando o empreendedor deixar de apresentar a complementação de informações de que trata o art. 23 ou a certidão a que se refere o art. 18**;

III – quando o empreendedor não efetuar, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental;

IV – quando o empreendedor não apresentar a manifestação dos órgãos e entidades públicas intervenientes, somente no caso em que essa for exigida para prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, nos termos do § 4º do art. 26.

Logo, o arquivamento cuida-se de um **ato vinculado**, eis que a Administração Pública determinará o arquivamento do processo caso não sejam apresentadas as informações solicitadas, no caso, pelo Órgão Ambiental.

De mais a mais, a “*Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente*” (art. 50 da Lei Estadual n.º 14.184, de 31/01/2002).

Nesse contexto, cabe ressaltar que a Instrução de Serviço SISEMA n. 06/2019, que estabelece os procedimentos para análise, acompanhamento e conclusão, no âmbito interno do SISEMA, das solicitações de licenciamento ambiental realizadas por meio do novo Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Minas Gerais, também se aplica quanto à interpretação do Decreto Estadual n. 47.383/2018 e dispõe que:

3.4.1 - Da possibilidade de atuação posterior à formalização do processo administrativo no que se refere às informações e aos documentos desconformes e dos tipos de decisões finais possíveis

[...]

**O arquivamento do processo administrativo é a ação prevista pelas hipóteses traçadas no art. 33 do Decreto n. 47.383, de 2018, as quais, ante a atual realidade, podem ser aglutinadas em duas macrossituações:**

- A requerimento do empreendedor;

- Falha nas informações que instruem o processo administrativo.

Dessa maneira, **quando não solicitado pelo empreendedor, o arquivamento é ação que se justifica por falha na instrução processual sob responsabilidade do empreendedor, podendo ocorrer de plano ou, também, após a solicitação das informações complementares.**

**Assim, a obrigatoriedade de apresentação de documentos previstos em lei, previamente à formalização do processo administrativo ou durante o seu transcorrer, justificam o imediato arquivamento do processo administrativo.** [negrito nosso]

Ainda, considerando o art. 15 da DN COPAM nº. 217/2017:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados

todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

**Parágrafo único – O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS.**

Dessa forma, estabelece-se que é requisito nos processos de licenciamento ambiental simplificado a apresentação prévia das regularizações de todas intervenções realizadas, e, o atendimento das informações na sua totalidade, com conteúdo técnico suficiente para a avaliação conclusiva da viabilidade ambiental do empreendimento, fatos estes não ocorridos no processo em questão.

Logo, tendo em vista as constatações decorrentes da análise processual conduzida, as disposições legais acerca do rito de licenciamento ambiental e o caráter vinculante e hierárquico das normativas editadas, sugere-se seja promovida a atuação determinada nas orientações institucionais vigentes e aplicáveis à espécie, o que resulta por recomendar o **arquivamento** do Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado n. 486/2023 (SLA), pelo não atendimento de informações complementares solicitadas pelo Órgão Ambiental.

#### **Disposições finais:**

Diante do exposto, servimo-nos da presente Papeleta de Despacho para reportar a Vossa Senhoria a sugestão de **arquivamento** do Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado n. 486/2023 (SLA), formalizado pelo empreendedor GERINO PEREIRA DA COSTA JUNIOR (CPF n.º 034.398.456-30), na data de 08/3/2023 para a execução das atividades descritas como “A-01-01-5 Lavra subterrânea pegmatitos e gemas” com produção bruta de 900,0m³/ano e “A-05-06-2 Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção” com volume da cava de 10.000,0m³, na zona rural do município de Açucena – MG, nos moldes do art. 26, § 5º, da DN COPAM n. 217/2017 c/c art. 33, inciso II e parágrafo único, do Decreto Estadual n. 47.383/2018 c/c art. 28, parágrafo único e art. 50, ambos da Lei Estadual n. 14.184/2002 c/c as disposições das Instruções de Serviço SISEMA n. 05/2017 e 06/2019 delineadas neste ato administrativo.

Consigna-se que, uma vez arquivado, o processo de licenciamento ambiental só poderá ser desarquivado por decisão administrativa que deferir eventual recurso interposto pelo empreendedor ou por autotutela administrativa, assegurado o direito do requerente em formalizar novo processo, desde que não implique reaproveitamento ou restituição dos custos referentes ao processo arquivado (art. 34 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 c/c § 6º do art. 26 da DN COPAM n. 217/2017 c/c Instruções de Serviço SISEMA n. 06/2019 e 02/2021).

Recomenda-se o encaminhamento dos dados do Processo Administrativo em referência à Unidade Regional de Fiscalização Leste de Minas para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, nos moldes estabelecidos na Instrução de Serviço SISEMA 05/2017 e em atendimento ao Memorando SEMAD/SURAM n. 219/2022 (Id. 43280306, SEI).

Registra-se que a manifestação aqui contida visa nortear na escolha da melhor conduta, tendo natureza opinativa, de caráter obrigatório, porém não vinculante e decisório, podendo a autoridade competente agir de forma contrária à sugerida pela equipe interdisciplinar, conforme a sua conveniência e oportunidade, sopesando-se a legislação Estadual de regência e as nuances do art. 20 e parágrafo único do art. 30, ambos do Decreto-lei n. 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), com redação determinada pela Lei Federal n. 13.655/2018.

É a nossa manifestação opinativa<sup>[4]</sup>, *sub censura*, pelo que remetemos os autos à deliberação final da autoridade decisória competente.

[1] Item 2(Apresentar projeto de drenagem pluvial de todo o empreendimento devidamente acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e do Cadastro Técnico Federal (CTF) do Responsável Técnico - RT por sua elaboração), item 10 (Apresentar relatório técnico que demonstre o linha potenciométrica do lençol freático, comprovando a não interferência das atividades de extração mineral no respectivo corpo hídrico subterrâneo, devidamente acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e do Cadastro Técnico Federal - CTF do responsável técnico pela

elaboração do referido relatório); item 11 (Apresentar declaração/certidão de conformidade expedida pelo município compatível com a formalização processual e que contenham os requisitos exigidos pelo art. 18, § 2º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, com redação determinada pelo art. 6º do Decreto Estadual nº 47.837/2020, donde se extrai: "Quanto à forma, respeitadas as demais exigências legais, as certidões emitidas pelos municípios devem conter: I – identificação do órgão emissor e do setor responsável; II – identificação funcional do servidor que a assina; III – descrição de todas as atividades desenvolvidas no empreendimento". Frise-se que o referido documento ostenta caráter vinculante no processo de licenciamento ambiental e deverá ser apresentado durante o trâmite do Processo Administrativo e antes da elaboração do Parecer, sob pena de arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do art. 18, § 1º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018. Observação: os modelos de declaração/certidão são definidos pela SEMAD de acordo com o disposto no art. 32 da DN COPAM nº 217/2017 - <http://www.meioambiente.mg.gov.br/regularizacao-ambiental/requerimentos>),

[2] Conforme informado nos autos do processo e na Planta de detalhe, o empreendimento terá várias galerias. Considerando a declividade da área e possíveis impactos na APP e no lençol freático, solicita-se apresentar projeto com as características da lavra subterrânea, devidamente acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e do Cadastro Técnico Federal - CTF do responsável técnico pela elaboração do referido relatório.

[3] No que se refere ao CAR, conforme arquivos vetoriais do SICAR, observou – se que ADA é área antropizada, contudo de acordo com a IDE SISEMA (Cobertura e Uso da Terra - 1985 a 2021 (Mapbiomas/Coleção7), na ADA existe área de remanescente de vegetação nativa, sendo assim a área de vegetação nativa superior à área informada no CAR. Solicita-se retificar o CAR considerando todas as áreas de remanescente de vegetação nativa existentes.

[4] Parecer AGE/MG nº 16.056, de 21 de novembro de 2018: (...) 48. ***O parecer administrativo e a nota técnica não equivalem ao ato administrativo a eles posterior, ainda que o administrador tenha acatado integralmente o parecer. O parecer não possui valor normativo, servindo apenas de orientação ao gestor na tomada de decisões.***



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Marina Assis Igidio, Servidor(a) Público(a)**, em 30/10/2023, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lirriet de Freitas Libório Oliveira, Diretor (a)**, em 30/10/2023, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **76038140** e o código CRC **78A68A36**.